

longo da sua experiência profissional, bem como experiência anterior em funções semelhantes, e qualificação académica e profissional adequada e significativa para o exercício das funções inerentes ao cargo a prover.

A Licenciada Ana Sofia Carneiro Fernandes Mota revelou aptidão para o exercício do cargo revelando ao longo da entrevista, na qual foram exploradas as suas experiências profissionais, um bom compromisso com o Serviço Público e capacidade de análise da informação, uma boa capacidade de planear e organizar as atividades, evidenciando uma elevada capacidade de Gestão de Pessoas e Decisão, e uma boa capacidade de tolerância à pressão e contrariedades.

Provou deter um conhecimento sustentado e elevado sentido crítico sobre os temas abordados.

A presente designação produz efeitos a partir de 15 de outubro de 2018, conforme o n.º 10, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a nova redação dada pela Lei n.º 64/20111, de 22 de dezembro.

16 de outubro de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Manuel Xavier Fernandes Matias*, Tenente-General. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Rita Alexandra Leitão Lages Cristóvão Coelho*, Licenciada. 311749661

Exército

Comando do Pessoal

Aviso (extrato) n.º 16270/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 30 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum para ocupação de dois postos de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior da área funcional de Arquitetura, previstos no mapa de pessoal civil do Exército, aberto por aviso n.º 14329/2017, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 230, de 29 de novembro de 2017, procedeu-se à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2018, sujeito a período experimental de 180 dias, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 49.º e 51.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 30 de junho, conjugado com o n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009 e do n.º 1 do artigo 1.º do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, com os seguintes trabalhadores:

Nome	Carreira e categoria	Posição remuneratória	Nível remuneratório
Filipe Xavier Rosa de Oliveira	Técnico Superior	2.ª	15
Marcelo Leandro Massano Martins Calado	Técnico Superior	2.ª	15

17 de outubro de 2018. — O Chefe da Repartição, *Manuel da Cruz Pereira Lopes*, Cor. Inf.

311767984

Aviso (extrato) n.º 16271/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do n.º 3 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, por despacho de 02 de maio de 2018 do Tenente-General Ajudante General do Exército, no uso da competência delegada no âmbito do Comando do Pessoal, foi autorizada a consolidação da mobilidade na carreira/categoria ao Assistente Técnico Joaquim Alberto Lopes Pereira, com efeitos a 01 de junho de 2018, passando a ocupar um posto de trabalho no Mapa de Pessoal Civil do Exército, tendo sido celebrado o respetivo contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, mantendo a 4.ª posição remuneratória e o nível remuneratório 9, detidos no serviço de origem.

18/10/2018. — O Chefe da Repartição, *Manuel da Cruz Pereira Lopes*, Cor. Inf.

311767668

Aviso (extrato) n.º 16272/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e ao abrigo do n.º 3 do ar-

tigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, por despacho de 25 de junho de 2018 do Tenente-General Ajudante General do Exército, no uso da competência delegada no âmbito do Comando do Pessoal, foi autorizada a consolidação da mobilidade na carreira/categoria à Assistente Técnica Luísa Maria Ramalheira Ferreira, com efeitos a 1 de julho de 2018, passando a ocupar um posto de trabalho no Mapa de Pessoal Civil do Exército, tendo sido celebrado o respetivo contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, mantendo a posição remuneratória entre a 5.ª e 6.ª e nível remuneratório entre o 10 e 11, detidos no serviço de origem.

18 de outubro de 2018. — O Chefe da Repartição, *Manuel da Cruz Pereira Lopes*, Cor. Inf.

311767813

Despacho n.º 10425/2018

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que os militares abaixo mencionados, transitem para a situação de reserva nos termos do n.º 2 do artigo 158.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, devendo ser considerados nesta situação na data que a cada um se indica:

Posto	Arma/serviço	NIM	Nome	Data da reserva
Cor	ART	02803883	António Emídio da Silva Salgueiro	31-dez-17
Cor	ART	14358582	Eduardo Manuel Vicente Caetano de Sousa	31-dez-17
Cor	ART	10196383	João Manuel Ladeira Vitorino Assis Barbas	31-dez-17
Cor	INF	01462684	José Eduardo de Sousa Ferradeira Abraços	31-dez-17
Cor	INF	05069482	Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos	31-dez-17

Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército.

16 de maio de 2018. — O Tenente-General Ajudante-General do Exército, *José António da Fonseca e Sousa*, Tenente-General.

311766833

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais

Despacho n.º 10426/2018

Considerando que a Câmara Municipal de Sever do Vouga comunicou que, após renúncia aos respetivos mandatos de vários membros efetivos e suplentes da assembleia de freguesia de Talhadas, município de Sever

do Vouga, Distrito de Aveiro, se encontrava esgotada a possibilidade de substituições, carecendo, assim, aquele órgão de condições de funcionamento por inexistência do número legalmente necessário de membros em efetividade de funções.

Considerando que nos termos das disposições conjugadas do n.º 3, do artigo 11.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e do n.º 1 do artigo 222.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, ambas nas suas versões atuais, as eleições devem realizar-se num prazo nunca inferior a 40 e não superior a 60 dias a contar da data da respetiva marcação.

Considerando que há que assegurar aos partidos políticos a possibilidade de constituírem coligações para fins eleitorais cujos prazos estão

previstos no n.º 2 do artigo 17.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, na sua versão atual, artigo esse que tem de ser conjugado com o previsto no artigo 228.º da mesma lei.

Considerando ainda que há que assegurar aos grupos de cidadãos eleitores a possibilidade de estes formarem listas, cumprindo todas as formalidades previstas no artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º ambos da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, na sua versão atual, artigos que têm, também, de ser conjugados com o previsto no artigo 228.º da referida lei.

Considerando que os prazos previstos para o exercício de tais direitos podem, em abstrato, não ser conciliáveis com os referidos prazos previstos no n.º 3, do artigo 11.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e no n.º 1 do artigo 222.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, ambas nas suas versões atuais, importa designar uma data para a realização das eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Talhadas, município de Sever do Vouga, Distrito de Aveiro, que assegure o exercício efetivo dos direitos, liberdades e garantias de participação política, ainda que tal justifique a desconsideração dos prazos fixados nos prazos acima referidos, conforme é, aliás, posição assumida pelo Tribunal Constitucional no seu Acórdão n.º 318/2007, de 15 de junho.

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas por Despacho do Ministro da Administração Interna, de 17 de novembro de 2017, em conformidade com o n.º 6 do artigo 3.º, e artigo 16.º, da Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional (Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, na sua versão atual) e ao abrigo da competência conferida pelos artigos 11.º, n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e 222.º, n.º 2, da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, determino a marcação de eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Talhadas, município de Sever do Vouga, Distrito de Aveiro, no dia 20 de janeiro de 2019.

O presente despacho será comunicado ao Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna e à Comissão Nacional de Eleições.

22 de outubro de 2018. — O Secretário de Estado das Autarquias Locais, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

311766785

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Aviso n.º 16273/2018

Por despacho de 26-06-2018, de S. Exa. o Diretor Nacional e após anuência do Instituto de Emprego e Formação Profissional, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna na categoria, do Técnico Superior M/002873 — Paulo Jorge Neves Mota, no mapa de pessoal da PSP, nos termos dos artigos 92.º e seguintes, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sendo as funções exercidas no Departamento de Formação, desta Direção Nacional, com efeitos a 01-03-2017, nos termos da mesma legislação.

08-10-2018. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.
311766696

Aviso n.º 16274/2018

Por despacho de 11-07-2018, de S. Exa. o Diretor Nacional Adjunto/UORH e após anuência da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna na categoria, da Técnico Superior M/002872 — Ana Cristina Correia dos Santos Vieira, no mapa de pessoal da PSP, nos termos dos artigos 92.º e seguintes, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sendo as funções exercidas no Departamento de Formação, desta Direção Nacional, com efeitos a 01-02-2017, nos termos da mesma legislação.

08-10-2018. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.
311766688

Declaração de Retificação n.º 822/2018

Por ter saído com inexactidão o Despacho (extrato) n.º 9206/2018, publicado no *Diário da República* n.º 189, 2.ª série, de 10 de outubro de 2018, a p. 26597, retifica-se que onde se lê «no cargo de Chefe da Divisão de Armas e Explosivos» deve ler-se «no cargo de Chefe da Divisão de Explosivos».

11-10-2018. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.
311767449

Despacho (extrato) n.º 10427/2018

Por despacho de S. Ex.ª o Diretor Nacional Adjunto/UORH, datado de 29-08-2018, foi concedida a exoneração, a pedido, ao Agente M/146975 — Nuno Miguel Neiva de Sousa, tornando-se efetiva a cessação do vínculo à Administração Pública, com efeitos a 31-08-2018.

10-10-2018. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.
311766647

Despacho (extrato) n.º 10428/2018

Por despacho de 09-10-2018, de S. Ex.ª o Diretor Nacional Adjunto/UORH e por terem cessado os fundamentos de suspensão da eficácia, é nomeado, nos termos do artigo 74.º, n.º 10, da Lei n.º 7/90, de 20-02, na categoria de Agente Principal, por concurso de avaliação curricular n.º 08/2005, o Agente M/145978 — Carlos José Narciso Castanho, do CM Lisboa, a prestar serviço na Polícia Municipal, ocupando o lugar n.º 312, na lista de classificação final do concurso, com efeitos administrativos a 04-01-2008.

12-10-2018. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.
311766566

Despacho (extrato) n.º 10429/2018

Por Despacho n.º 4302/2018, de S. Exa. o Ministro da Administração Interna e S. Exa. a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, publicado no *Diário da República* n.º 83, 2.ª série, de 30 de abril de 2018, foi autorizada a promoção de 1500 Polícias da Polícia de Segurança Pública (PSP), dos quais 5 seriam da categoria de Agente Principal da Banda de Música da PSP.

Decorridos os prazos legais do procedimento foram promovidos na categoria de Agente Principal, por Despacho de 25 de outubro de 2018, do Diretor Nacional da PSP, os 5 Agentes a seguir indicados, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 163.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro e artigo 8.º do Anexo à Portaria 290/2016, de 15 de novembro, ficando posicionados na 1.ª posição remuneratória, Nível 15 da Tabela Remuneratória Única/PSP, para a categoria de Agente Principal, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea j) do ponto 1 do Despacho n.º 5159/2018, de S. Ex.ª o Ministro da Administração Interna, datado de 11 de maio de 2018.

N.º de Ordem	Nome	Matrícula
1	Nuno Miguel Embuça Ribeiro	149317
2	Pedro Ricardo Henriques Ferreira	149876
3	Armando Miguel Parreira Camolas Martins	149878
4	Ángelo Pedro Camolas Contente Caleira	149880
5	Maria Fátima Juvandes Pinto	149879

26-10-2018. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.
311770242

Despacho (extrato) n.º 10430/2018

Por Despacho n.º 4302/2018, de S. Exa. o Ministro da Administração Interna e S. Exa. a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, publicado no *Diário da República* n.º 83, 2.ª série, de 30 de abril de 2018, foi autorizada a promoção de 1500 Polícias da Polícia de Segurança Pública (PSP), dos quais 1 seria para a categoria de Subintendente da Banda de Música da PSP.

Decorridos os prazos legais do procedimento foi promovido na categoria de Subintendente, por Despacho de 29 de setembro de 2018, do Diretor Nacional da PSP, o Comissário M/149321 José Manuel Ferreira Brito, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 163.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro e artigo 2.º do Anexo à Portaria n.º 290/2016, de 15 de novembro, ficando posicionado na 1.ª posição remuneratória, Nível 36 da Tabela Remuneratória Única/PSP, para a categoria de Subintendente, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea j) do ponto 1 do Despacho n.º 5159/2018, de S. Exa. o Ministro da Administração Interna, datado de 11 de maio de 2018.

26-10-2018. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.
311774414